

Assim vai a **Execução Orçamental** 3º trimestre de 2017

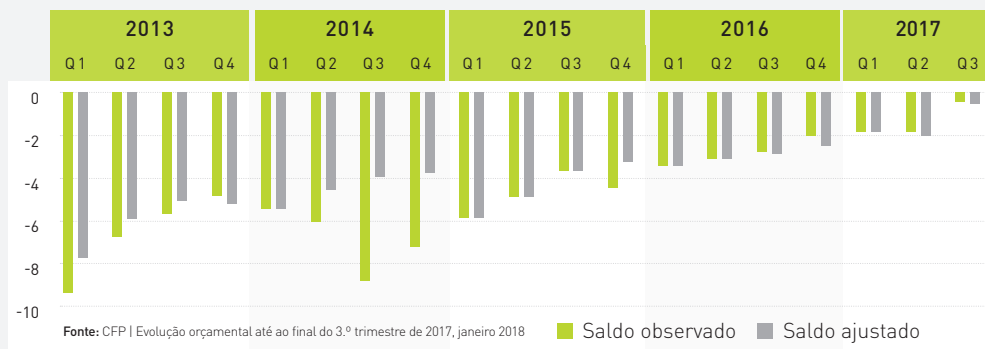


O défice orçamental das Administrações Públicas ascendeu aos 0,3% do PIB, nos três primeiros trimestres de 2017, ficando muito abaixo da meta de 1,6% do PIB, determinada pelo Governo para o ano de 2017. Para tal, em muito contribuiu o aumento da receita total face ao período homólogo (+5,5%). Embora as receitas de capital tenham aumentado 37,5% face

ao mesmo período, o seu peso residual na sua receita total (inferior a 1%) não justifica este aumento da receita total que é, em larga medida justificado pelo aumento da receita fiscal (+6,3%). A despesa total decresceu 0,4% face ao período homólogo continuando a não se verificar uma alteração estrutural das despesas do Estado.

SALDO ORÇAMENTAL ACUMULADO DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

% PIB



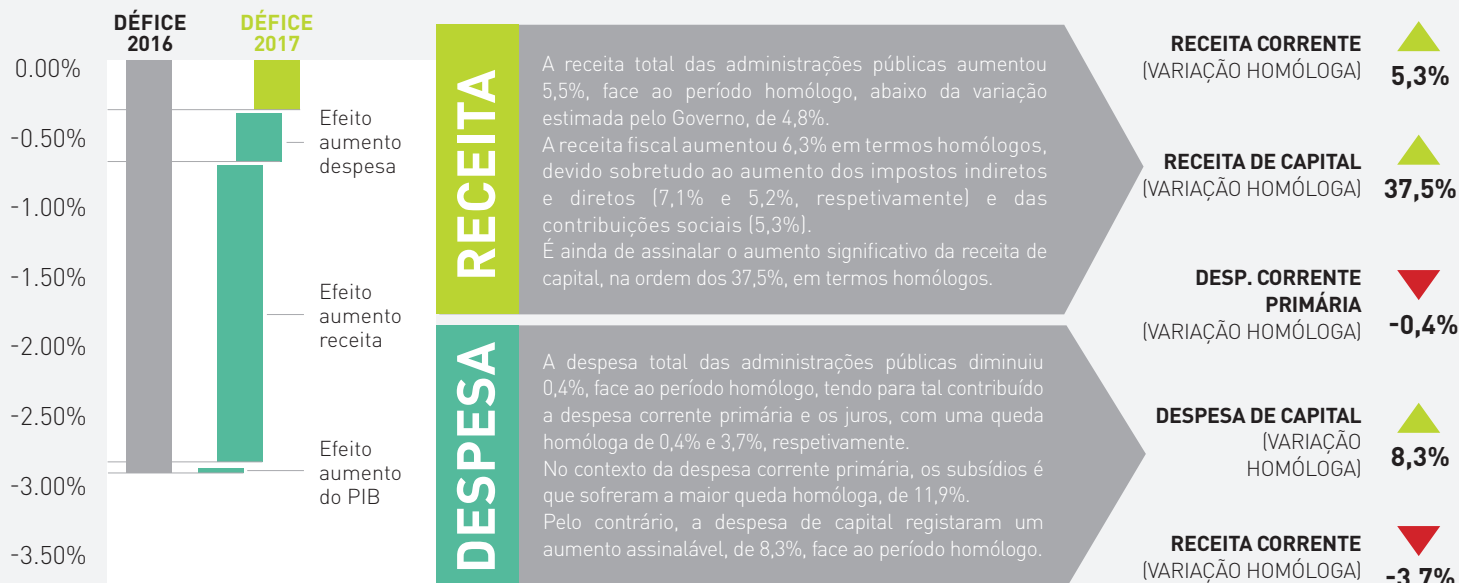
As principais medidas temporárias e não recorrentes que contribuíram para a redução do défice orçamental nos três primeiros trimestres de 2017 foram:

- A recuperação parcial da garantia do Banco Privado Português (BPP);
- A venda de aeronaves F16 à Roménia.

Descontando os efeitos destas medidas temporárias e não recorrentes, dados pelo saldo ajustado, o défice nesse período teria sido de 0,4% do PIB.

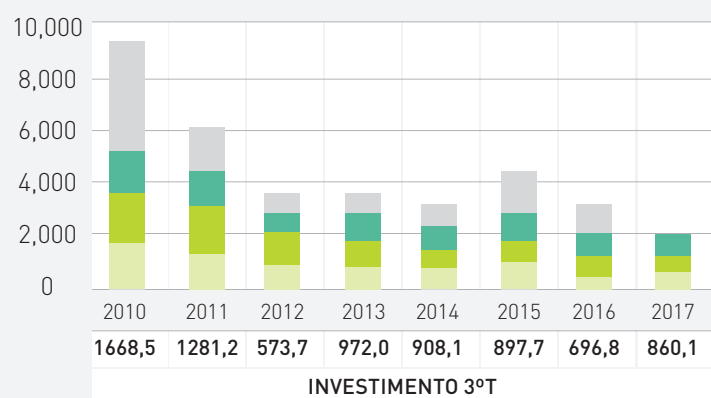
DECOMPOSIÇÃO DO SALDO ORÇAMENTAL NO 3º TRIMESTRE DE 2016 E 2017

MILHÕES DE EUROS



INVESTIMENTO DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

MILHÕES DE EUROS



No terceiro trimestre de 2017, o valor acumulado desde o início do ano, do investimento das Administrações Públicas foi de 2083,1 milhões de euros, que compara positivamente com o período homólogo, com 1923,2 milhões de euros. Tal resultado representa um crescimento homólogo na ordem dos 8,3%. Cingindo apenas ao terceiro trimestre do ano, o investimento ascendeu a 860,1 milhões de euros, o que representa um aumento de 23,4%, face ao período homólogo. A Administração Local foi o principal subsector das Administrações Públicas responsável por esta aceleração verificada no investimento, em 2017.

Fonte: INE. Contas trimestrais por setor institucional, quadro S.13, relativo às Administrações Públicas. O investimento resulta do somatório da formação bruta de capital com as aquisições líquidas de cessões de ativos não-financeiros não produzidos.

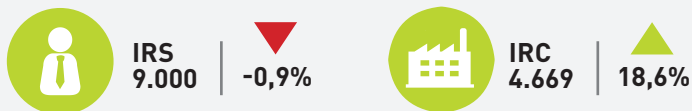
Assim vai a **Execução Orçamental** 3º trimestre de 2017



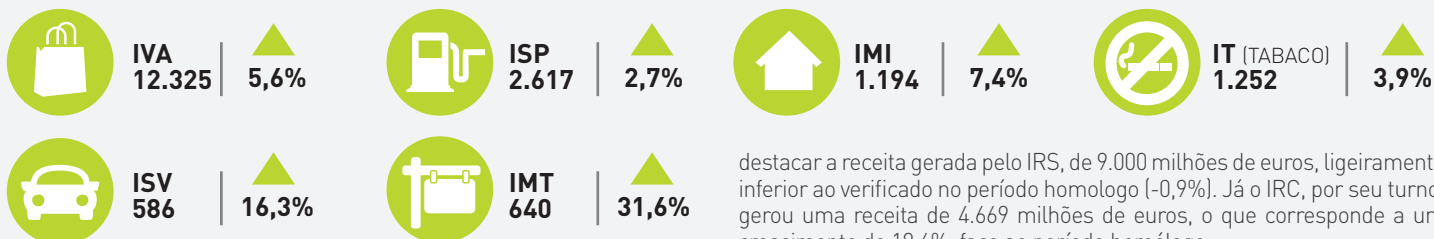
PRINCIPAIS RUBRICAS DA RECEITA FISCAL ATÉ AO 3ºT 2017

M€ E VARIAÇÃO HOMÓLOGA

IMPOSTOS DIRETOS



IMPOSTOS INDIRETOS



Fonte: CFP | Evolução orçamental até ao final do 3.º trimestre de 2017, janeiro 2018.

A receita fiscal recolhida até ao final do terceiro trimestre de 2017 cifrou-se nos 35.977 milhões de euros, o que representa um crescimento homólogo de 6,3%. Este crescimento resulta do crescimento homólogo registado na generalidade das várias rubricas que compõem a receita fiscal.

No que aos impostos diretos diz respeito, a receita que geraram no período em análise foi de 14.310 milhões de euros, o que representa 39,8% da receita fiscal total recolhida. No contexto dos impostos diretos, há que

destacar a receita gerada pelo IRS, de 9.000 milhões de euros, ligeiramente inferior ao verificado no período homólogo (-0,9%). Já o IRC, por seu turno, gerou uma receita de 4.669 milhões de euros, o que corresponde a um crescimento de 18,6%, face ao período homólogo.

Por fim, analisando a componente dos impostos indiretos, cuja receita gerada de 21.667 milhões de euros teve um peso de 60,2% da receita fiscal, é de destacar a receita do IVA que ascendeu a 12.325 milhões de euros, até ao final do terceiro trimestre de 2017. Esta arrecadação de IVA concretiza um crescimento de 5,6%.

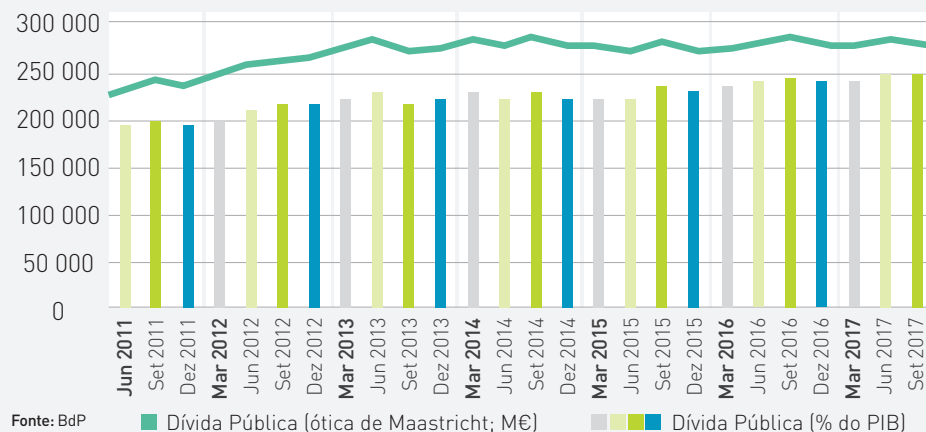
A rubrica de imposto indiretos que conheceu um maior crescimento homólogo foi a relativa ao IABA (imposto sobre o álcool e bebidas alcoólicas), de 41,6% face ao período homólogo, cuja receita ascendeu a 215 milhões de euros.

CUMPRIR COM A ESTIMATIVA DA DÍVIDA PÚBLICA DO OE 2017 OBRIGARÁ A...

REDUZIR A DÍVIDA PÚBLICA: 60% DO PIB, REDUZINDO PELO MENOS 1/20 POR ANO

DÍVIDA PÚBLICA DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

M€ E % PIB



Fonte: BdP

No final do terceiro trimestre de 2017, a dívida pública na ótica de Maastricht foi de 130,8% do PIB, refletindo um stock de dívida de 249,1 mil milhões de euros, muito acima da estimativa de 126,2% constante do Orçamento do Estado para 2017 (OE 2017). A concretização desta estimativa obrigaria a uma redução de 4,6 pontos percentuais do rácio da dívida. Contudo, o resultado alcançado no fim deste terceiro trimestre, já representa uma queda do stock da dívida pública de 1,2 pontos percentuais, face ao período anterior. Esta queda reflete a amortização e reembolso antecipado ao FMI, bem como o efeito do aumento do crescimento económico, de entre outros fatores que contribuíram em menor grau para a redução do rácio da dívida pública.

A Missão Crescimento

A AMC - ASSOCIAÇÃO MISSÃO CRESCIMENTO é uma associação de direito privado e sem fins lucrativos, políticos ou religiosos, que tem por objeto o lançamento de iniciativas que visem a identificação de ações e medidas concretas para a promoção do crescimento da economia portuguesa.

Tem como associados e patrocinadores a Ordem dos Engenheiros, a Ordem dos Economistas, o Fórum dos Administradores de Empresas, o Projeto Faro/Deloitte e a CIP - Confederação Empresarial de Portugal.

Ficha técnica

Data de publicação: Janeiro/2018
Direção: Paulo Carmona
Edição: Filipa Sousa Santos

Esta publicação foi elaborada em colaboração com a Deloitte.

Contacte-nos através de:

WebPage: www.missaocrescimento.com
Facebook: www.facebook.com/#!/AMCrescimento
E-mail: info@missaocrescimento.com
Morada: a/c FAE Rua da Junqueira, nº 39 - 2º Piso | 1300-307 Lisboa.
Telefone: +351 21 3618250